

# O andamento do acerto com o Exterior

O Fundo Monetário Internacional libera hoje a primeira parcela do empréstimo de 1,5 bilhão de dólares que outorgou ao Brasil, no valor de 460 milhões de dólares aproximadamente e cujo montante exato depende da cotação, no dia, do Direito Especial de Saque. A quantia, em si, não é importante, mas sua liberação representa a primeira iniciativa concreta no sentido de promover a reintegração do Brasil na comunidade financeira internacional, reintegração que se processará doravante com regularidade, a menos que o governo brasileiro tome decisões que a detenham.

Bastou o FMI ser informado de que o empréstimo assinado com os bancos credores atingiu a "massa crítica", isto é, obteve o apoio dos credores de 95% da dívida bancária brasileira para que o diretor-gerente do organismo internacional autorizasse o desembolso da primeira parcela, no valor de 375 milhões de Direitos Especiais de Saque, do total de 1.096 milhões estipu-

lado no acordo *stand by*. Essa quantia nem chegará ao Brasil, pois deverá servir para pagar o empréstimo-ponte que nosso governo obteve de vários governos estrangeiros, por intermédio do Banco de Compensações Internacionais de Basileia, a fim de pagar juros devidos. Cabe assinalar, todavia, que, deste modo, um empréstimo de curto prazo, com juros altos, está sendo substituído por outro, de longo prazo, com juros mais baixos. Mas a importância do novo empréstimo não se restringe a isto. A parcela hoje liberada é maior do que as outras quatro que serão liberadas a partir de dezembro se nosso governo cumprir os compromissos assumidos com o organismo internacional e seu recebimento dependia apenas do fechamento de um acordo com os bancos credores.

Além disso, o presente desembolso é o primeiro de uma longa série. Espera-se que em outubro seja possível assinar o acordo definitivo com os bancos credores, que irá regularizar completamente as re-

lações do Brasil com os bancos internacionais. O fato talvez mais importante seja o interesse que mostraram os bancos credores em subscrever os chamados *exit bonds*, títulos que substituem os empréstimos e que, como bônus de longo prazo, recebem juro de 6% (inferior ao dos empréstimos bancários) e são de longo prazo. Calcula-se que já foram aceitos bônus no montante de 600 milhões de dólares, o que representa sucesso maior do que o da Argentina, que não conseguiu colocar seus *exit bonds*.

Por outro lado, importa notar que, até agora, todos os empréstimos em vista já têm destino certo: servirão para o pagamento de atrasados, para reembolsar outros empréstimos. Não representarão aporte real de novos capitais para a economia brasileira. O Brasil, porém, está interessado sobretudo em obter recursos novos para financiar novos investimentos.

É precisamente esta terceira etapa do processo de integração na comunidade fi-

nanceira internacional que está em curso. Realmente, no momento mesmo em que era informado do desembolso da primeira parcela do crédito *stand by* do FMI, o ministro Mailson da Nóbrega tomava conhecimento de que o Departamento de Garantia de Crédito às Exportações, do governo inglês (equivalente ao Eximbank dos EUA), havia decidido reiniciar suas operações com o Brasil. Deste modo, quatro organismos oficiais (dos Estados Unidos, do Reino Unido, do Canadá e da Espanha) já estão oferecendo créditos ao Brasil, em condições bastante vantajosas, para que possa importar equipamentos. Outros importantes países, como a França, a República Federal da Alemanha, a Itália e o Japão, deverão seguir esse caminho, que proporcionará ao Brasil real ajuda do Exterior, não apenas para pagar dívidas, mas para financiar o crescimento nacional. É este um ponto que os adversários da renegociação da dívida não valorizam, embora seja o mais importante.